

# PERSPECTIVAS FEMINISTAS E DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PONDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DESTAS ABORDAGENS NOS ESTUDOS DE PAZ E SEGURANÇA<sup>1</sup>

*Karen Susan da Rosa<sup>2</sup>*

**Resumo:** Marginalizado durante muito tempo nos estudos das Relações Internacionais, a perspectiva das mulheres, ou mais bem, feministas e de gênero, emergem nos estudos de paz e segurança a fim de alargar o enfoque estreito que esse campo relegou a vida dos indivíduos e de seus relacionamentos. Deixando a suposta neutralidade e objetividade de lado, característica da tradição realista das RIs, as abordagens feministas e de gênero demonstram que a segurança internacional está impregnada por suposições de gênero e não é tão neutra como julga ser. Com um século de lutas em seu histórico, as abordagens feministas enfim foram reconhecidas com a agenda das “Mulheres, Paz e Segurança” pelo Conselho de Segurança da ONU e por meio das suas mais diferentes perspectivas, se concentram em construir uma paz duradoura e para todos.

## INTRODUÇÃO

Qual o papel do gênero nas decisões tomadas na política, segurança e em assuntos sobre a paz? A fim de discutirmos sobre as perspectivas feministas em estudos de segurança e paz e refletir acerca da importância do gênero, primeiramente é necessário falar sobre a própria emergência de estudos feministas no campo onde este debate ocorre, às Relações Internacionais (RIs). Estes estudos foram por muito tempo, negligenciados pelas RI's e foi consideravelmente mais lenta sua aceitação para com sua importância do que em outras áreas como, por exemplo, a antropologia, sociologia ou psicologia (SKJELSBÆK; SMITH, 2001; WHITWORD, 2008). A década de 1980 foi um marco para o feminismo e sua presença na teoria em obras como “Perspectives of Women Researchers on Disarmament” (1981) de Boulding , “Woman and War” (1987) de Jean Elshtain e “Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations” (1989) de Cynthia Enloe que são alguns dos exemplos de obras pioneiras da disciplina.

A conscientização de que questões de gênero deveriam ser consideradas dentro das pesquisas de RI envolvendo segurança e paz, acontecem especialmente com o fim da Guerra Fria, a medida que o campo das RI's passa a examinar mais de perto a resolução de conflitos. Como Tickner e True (2018, p. 1, tradução nossa<sup>3</sup>) expressam de forma notável “o feminismo

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso da Especialização de Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

<sup>2</sup> Graduação em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA (2016).

<sup>3</sup> feminism did not come late to international relations. Rather, international relations came late to feminism.

não chegou tarde às relações internacionais. Em vez disso, as relações internacionais chegaram tarde ao feminismo”. Assim quando revisitamos a história disciplinar das RI’s raramente encontramos mulheres ou questões de interesse para estas, pois as histórias da disciplina, foram quase que exclusivamente dominada por homens, o que em consequência levava em conta, somente preocupações de homens.

Enquanto os homens têm sido vistos como agentes no proporcionamento da segurança nacional, as mulheres têm sido associadas com uma noção essencializada, onde carecem de agência e frequentemente relacionadas a pacificidade, embora elas tenham historicamente constituído a maioria dos ativistas da paz (TICKNER, 2018). O reconhecimento de todo esse histórico de luta em movimentos sociais e da importância da sua experiência nos conflitos, nas missões e na manutenção da paz, só se alterou muito recentemente com a Resolução 1325 que formalmente inaugurou a agenda de Mulheres, Paz e Segurança (WPS) no Conselho de Segurança da ONU.

Com base nesse histórico e nesse recente reconhecimento, se faz necessário que a trajetória que as mulheres, as perspectivas feministas e de gênero trilharam até hoje sejam conhecidas. Este trabalho tem assim como objetivo, perfazer todo este caminho, a fim de apresentar o espaço das perspectivas feministas nesse campo de estudos, como também, identificar qual as temáticas que vêm sendo estudadas sobre o tema atualmente, principalmente no que concerne a paz. Diante disso, o presente texto está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte apresentamos o espaço que as mulheres encontravam no campos das RIs, seguindo na segunda parte para a exposição das principais perspectivas dos estudos feministas e de gênero, bem como a exposição de algumas obras representativas de cada abordagem. A terceira parte esclarece como a agenda do WPS está se conformando nos debates atuais. Ao final as considerações finais sintetizam as principais ponderações sobre este tema.

## **O ESPAÇO DAS MULHERES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A perspectiva das mulheres tem sido marginalizada nos estudos das Relações Internacionais e isso significou para as pesquisas de política e segurança, sobretudo, que as normas masculinas e o comportamento masculino fossem considerados como normas para

---

representar toda a humanidade. Como Spender (1981, p.1, tradução nossa<sup>4</sup>) coloca, “Eles criaram estudos de homens (o currículo acadêmico), pois, ao não reconhecer que estão apresentando apenas as explicações dos homens, eles “passaram” esse conhecimento como conhecimento humano”.

Embora o impacto das mulheres na tomada de decisões em relação ao conflito e a resolução de conflitos tenha sido uma questão frequentemente evitada por estudiosos da área de Relações Internacionais e cientistas políticos, este tema tem sido central nos movimentos das mulheres internacionais por muito tempo, sendo versado até o Womens Peace Congress realizado em Haia em 1915, onde foi formulado um conjunto de princípios para um acordo para a Primeira Guerra Mundial. Presente também desde 1947, com a criação da Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher (CSW), muito embora, questões ligadas a paz não fossem consideradas uma prioridade, sendo este tema relegado a questões de participação política ou desenvolvimento (ADDAMS et al. 2003; GIERYCZ, 2001; TICKNER; TRUE, 2018; KIRBY; SHEPHERD, 2016).

Ainda que esse tema estivesse presente, aspectos específicos sobre as mulheres como o seu papel na sobrevivência das famílias e das sociedades, e sua contribuição nos esforços pela paz, permaneceram negligenciados até meados dos anos de 1980 (Gierycz, 2001). Os trabalhos de escritoras como Cohn (1987), Elshtain (1987), Enloe (1989, 1993) e Tickner (1992) foram importantes por introduzir questões de gênero nos estudos de paz, segurança e política internacional. As críticas realizadas por estas autoras foram contundentes no enfoque estreito que as RI e no de muitas pesquisas sobre a paz, possuíam, estabelecendo assim uma nova agenda que já não poderia mais ser descartada ou marginalizada (SKJELSBÆK; SMITH, 2001).

Neste ensejo, as Conferências Mundiais sobre Mulheres em Copenhague (1980) e Nairobi (1985) caracterizam muito bem a ausência das mulheres nas discussões sobre paz, segurança, desarmamento e resolução de conflitos. Embora em Copenhague o debate tenha se focalizado na violação de direitos humanos em países da América Latina, Ásia e África, em Nairobi, o diálogo intergovernamental avançou em certa medida, ao levar até certo ponto, a perspectiva e a experiência das mulheres em temas como a educação para a paz, tomada de decisões e atividades não governamentais (GIERYCZ, 2001). A consideração dessas conferências, principalmente a de Nairobi, é significativa para a compreensão da evolução das abordagens de gênero no campo da paz e da segurança, uma vez que a Conferência de Nairobi

---

<sup>4</sup> They have created men’s studies (the academic curriculum), for, by not acknowledging that they are presenting only the explanations of men, they have “passed of” this knowledge as human knowledge.

foi a primeira conferência da ONU que incluiu as perspectivas feministas em seu documento final.

Assim nas décadas de 1980 e 1990, especialmente com o fim da Guerra Fria, a comunidade internacional e o campo das RIs, respondendo aos novos tipos de guerra, passam a compreender e a definir a segurança em termos mais amplos, não limitando a segurança apenas como segurança nacional dos Estados. Essa extensão no conceito de segurança, desde a perspectiva feminista e de gênero, tem por base uma visão dominante nas RIs de que a esfera internacional seria uma esfera “masculina da vida” o que conferiu as mulheres a marginalização nos estudos de segurança (ENLOE, 2005, p. 4).

Esse enfoque realista na definição de segurança e política internacional é criticado pelo feminismo, por não levar metade da população humana em consideração, concebendo a experiência dos homens representativa da experiência humana como um todo. Diante disso, as mais diversas abordagens de feminismo convergem em um ponto básico, que as pesquisas em segurança tem sido “o estudo de homens pelos homens” (PEOPLES; WILLIAMS, 2014, p. 35). Desta forma, no final dos anos 80, utilizando a lente de gênero, as feministas declaram que a segurança jamais seria alcançada, se as estruturas de poder desiguais de gênero, classe e raça sejam eliminadas ou ao menos reduzidas (TICKNER, 1992).

Para a perspectiva que buscamos descrever, essa consideração enfatiza que os estudos de paz e segurança não estão separados, mas sim, que fazem parte de uma dinâmica de gênero mais ampla na política internacional. Essa consideração em certa medida se altera quando “os danos colaterais<sup>5</sup>” ou mais bem, os alvos da guerra, deixam de ser maiormente membros das forças armadas e passam a ser sobretudo na Segunda Guerra Mundial, civis, assim como a infraestrutura econômica e industrial. Assim, embora nas Relações Internacionais a atenção esteja concentrada nas causas e consequências da guerra e não na perspectiva das pessoas, em consequência desta, as estatísticas de mortes na batalhas demonstram que a maioria de baixas são de mulheres e crianças (TRUE, 2015).

A perspectiva feminista reconhece as consequências da guerra para todos os civis, mas como observado pelas ativistas da paz em Haia em 1915,

as tarefas associadas com o cuidado das crianças, os feridos, os doentes e os idosos sobem durante a guerra e geralmente cabe as mulheres cumprir essas responsabilidades com a diminuição dos recursos. As mulheres lutam para encontrar recursos para cuidar de suas família muito tempo depois do fim dos combates (TICKER, 2018, p. 17, tradução nossa<sup>6</sup>).

---

<sup>5</sup> Jargão usado na guerra Estados Unidos e Vietnã para descrever as mortes “não intencionais” de civis.

<sup>6</sup> tasks associated with caring for children, the wounded, the sick, and the elderly go up during war, and it is generally left to women to fulfill these responsibilities with shrinking resources. Women struggle to find resources to care for their families long after the fighting stops.

O impacto do conflito armado sobre a vida das mulheres se perfaz de diferentes formas, no entanto, os níveis elevados da violência sexual durante a guerra em mulheres e meninas concentrou grande parte dos estudos, contudo, elas não são só agredidas sexualmente, elas também são mortas, mutiladas, afetadas pelos impactos econômicos do conflito armado, deslocadas internas e refugiadas (WHITWORTH, 2008). As feministas vieram para ressaltar que a guerras não terminam quando a luta termina, sobretudo para as mulheres, pois, como estudos demonstram, a taxa de mortalidade das mulheres é maior do que a de homens, que o número de refugiados mulheres e crianças representa quase 70% da população refugiada, ademais de que as mulheres são as primeiras a perder o emprego (TICKNER, 2018).

Toda a compreensão ontológica do feminismo difere significativamente do campo das Relações Internacionais que descreve os Estados como atores autônomos, individualistas e focando no seu comportamento internacional, uma vez que compreende que o comportamento interno não é necessário. Para a perspectiva feminista a vida dos indivíduos e seus relacionamentos são importantes, uma vez que desmascara em grande parte os interesses políticos-econômicos, estruturais e historicamente desiguais, conectando a vida de indivíduos a estruturas propostas internacionalmente, para assim alcançar “propostas para formas mais justas e iguais de governança global” (TICKNER; TRUE, 2018, p. 9, tradução nossa<sup>7</sup>).

Para tanto, embora a segurança tenha se apresentando por muito tempo como se fosse neutra em termos de gênero, a segurança internacional esta impregnada por suposições e representações de gênero e a atenção explícita das dimensões de gênero pode ser verificada, por exemplo, no Conselho de Segurança da ONU, com a Resolução 1325 de outubro de 2000. O reconhecimento conferido por esta resolução confirma a importância de se incorporar a “perspectiva de gênero” nas operações de paz, ademais de assentir que “o gênero permeia todos os aspectos da paz e segurança internacionais”(WHITWORTH, 2008, p. 104, tradução nossa<sup>8</sup> ).

## **ABORDAGENS FEMINISTAS E DE GÊNERO NA SEGURANÇA INTERNACIONAL**

A visão dominante de que a esfera internacional é uma esfera masculina, e a tentativa feminista em problematizar essa visão de mundo profundamente realista, reflete a base e o

---

<sup>7</sup> proposals for more just and equal forms of global governance.

<sup>8</sup> gender permeates all aspects of international peace and security.

objetivo das abordagens de segurança feminista e de gênero que é o de “identificar, interrogar e resistir às diversas maneiras pelas quais os pontos de vista, interesses e ações dos homens têm sido privilegiados em relação aos das mulheres na vida social contemporânea” (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 36, tradução nossa<sup>9</sup>).

Ressalta-se que embora ao longo dessas últimas três décadas, os estudos estejam longe de ser unidos em termos de objetivo, métodos ou implicações, a crítica comum ao patriarcado faz com que qualquer que seja a perspectiva feminista, esta seja valiosa por nos chamar a atenção para diferentes formas de se pensar a natureza do gênero e da segurança internacional, como também, diferentes maneiras para se repensar os problemas políticos globais. A diversidade no campo é assim entendida como uma resposta crítica aos problemas mais amplos envolvendo identidade, violência e justiça. Para tanto, a fim de demonstrar a crescente diversidade da erudição associada a perspectiva feminista e de gênero, se faz necessário elucidar algumas das posições dentro desses estudos, a fim de compreender suas ênfases e compreensões.

O feminismo liberal privilegia as noções de igualdade e volta suas pesquisas a questões de representação das mulheres na esfera pública. A coleta de dados empírica sobre os papéis das mulheres e questões como: as mulheres estão presentes nas forças armadas nacionais? Qual o impacto da sua presença? Estão nos cargos de tomada de decisão? Se não, porquê? Essas são algumas das perguntas que perfazem essa perspectiva, voltadas a como as mulheres permanecem sub-representadas dentro dos governos e instituições (WHITWORTH, 2008).

Nesta lente teórica a obra mais representativa é da acadêmica norte-americana Cynthia Enloe com a obra *Bananas, Beaches and Bases* (1989), que desde então se tornou uma obra emblemática para os estudos feministas de segurança. Neste livro Enloe ousou em perguntar, onde estão as mulheres na segurança, ademais de demonstrar que a conduta da segurança internacional depende, em certa medida, do controle que os homens exercem sobre as mulheres. A análise pioneira realizada levou a percepção de que o “pessoal é político” por primeira vez a esfera do internacional, solapando assim a noção predominante de que a esfera privada estaria fora dos estudos de segurança. Muito embora seja um clássico, a posição feminista liberal com o qual este trabalho se estruturou rendeu a ele muitas críticas, principalmente por não questionar a suposta “realidade” da política internacional, como também segundo algumas abordagens, por essencializar as identidades em vez de valorizar as diferenças como raça e classe (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010).

---

<sup>9</sup> identify, interrogate, and resist the multifarious ways in which the views, interests, and actions of men have been privileged over those of women in contemporary social life.

Outra abordagem feminista alternativa ao feminismo liberal, é a teoria do Standpoint, caracterizado muitas vezes, como “herdeiro direto do feminismo radical” (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006, p. 598). Pela lente dessa perspectiva teórica as experiências e as perspectivas das mulheres na política global são consideradas como base para teorizar as relações globais de segurança. Assim por meio desta concepção, o conhecimento deriva da posição social, isto é, está socialmente situado, como também, o conhecimento não é neutro e muito menos objetivo. Assim com base nessa abordagem, o político está presente em todos os lugares, incluindo mas não se limitando às esferas públicas da vida como faz o feminismo liberal. Possuindo também como uma de suas características a noção de que os homens são mais agressivos e mais competitivos, enquanto que as mulheres são mais pacíficas e holísticas.

Tickner em seu trabalho *Gender in International Relations* (1992, p. 5, tradução nossa<sup>10</sup>), pensa em como as relações internacionais seriam “se o gênero fosse incluído como uma categoria de análise e se as experiências das mulheres fossem parte do assunto a partir do qual suas teorias são construídas”. A ênfase que a autora traz para o campo é categorizado como uma abordagem feminista do standpoint, principalmente por analisar as maneiras como as mulheres definem a segurança nacional e como isso afeta o modo de teorização da segurança. Sua perspectiva vai além ao identificar nas mais básicas estruturas da política internacional, consideradas pelo realistas como certas, distinções entre “internacional” e “doméstico”, baseadas em suposições muito bem definidas com base no gênero. Seu trabalho é deste modo, muito relevante para o estudo da segurança internacional por não aceitar os binarismos entre público/privado e externo/interno, que caracterizam as perspectivas tradicionais nos estudos de segurança. Enfatiza também a importância da identidade na segurança internacional e acredita que ao repensar essa identidade do ponto de vista feminino, o foco na guerra pode ser substituído por um que privilegie a cooperação e a paz (WHITWORTH, 2008; PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010).

Distinguindo-se destes feminismos concentrados em “mulheres” e “homens” outras abordagens chamadas pós-positivistas à teoria feminista, partem suas análises desde a perspectiva de gênero (WHITWORTH, 2008). Neste contexto a teoria crítica feminista se ocupa em apresentar possibilidades e potenciais emancipatórios ou de resistência a opressão de gênero e a dominação da mulher, concedendo grande importância às ideias (TICKNER, 2005).

---

<sup>10</sup> if gender were included as a category of analysis and if women’s experiences were part of the subject matter out of which is theories are constructed.

O livro *Feminism and International Relations: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions* de Whitworth (1994, p. xii, tradução nossa<sup>11</sup>), compreende que a percepção sobre o gênero “deriva de experiências reais, materiais e vividas de mulheres e homens”, em momentos e locais específicos. Examinando a Federação Internacional de Paternidade Planejada (IPPF) e a Organização Internacional do Trabalho (ILO), Whitworth averigua as maneiras pelas quais as suposições sobre os papéis de mulheres e homens na reprodução e no trabalho, informaram as políticas dessas organizações. Enfatiza que não só de condições materiais necessita o gênero, as ideias e os significados dados a realidade constituem o gênero, sugerindo assim que utilizemos esta estrutura para compreender os Estados e as instituições internacionais.

Nesta mesma linha, o construtivismo se estabelece como perspectiva teórica, muito embora possua diferentes visões, tem como base a compreensão de que a “vida internacional é social e que agentes e estruturas são co-constituídos” (TICKNER, 2005, p. 2182, tradução nossa<sup>12</sup>). Para essa abordagem antes que possamos entender o comportamento dos atores e as identidades que eles conferem a outros, precisamos de explicações. No construtivismo feminista “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é a principal maneira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1986: 1067, tradução nossa<sup>13</sup>).

Assim sendo, o trabalho de Prugl intitulado, *The Global Construction of Gender* (1999), propõe um “construtivismo feminista” que enfoca em seu centro a linguagem. Destaca em sua análise as pessoas que trabalham em casa e são remuneradas, explorando os trabalhadores domiciliares que ocorrem em movimentos globais e em organizações multilaterais, a fim de traçar novas concepções de gênero. Assim ao invés de assumir o sistema internacional como anárquico, Prugl propõe um espaço global povoado por movimentos sociais e organizações internacionais, podendo dessa forma discutir sobre as relações de gênero. Sua elaboração assim descreve o gênero como uma “instituição que codifica o poder” e ademais é consciente das críticas que poderia receber por não se focar nas particularidades das trabalhadoras, pois desde esta perspectiva a opressão seria a mesma para todas as mulheres (TICKNER, 2005, p. 2182, tradução nossa<sup>14</sup>).

---

<sup>11</sup> derive from the real material lived experience of women and men.

<sup>12</sup> international life is social and that agents and structures are coconstituted.

<sup>13</sup> Because they leave the social construction of power undertheorized, constructivists lack the tools to explain how gender and power reproduce, how and why certain constructs emerge and more influential than other.

<sup>14</sup> institution that codifies power



As teóricas feministas pós-coloniais buscam “identificar as maneiras pelas quais uma tradição particular, eurocêntrica e ocidental, procurou se estabelecer como o único feminismo legítimo na prática política” (AMOS; PARMAR, 1984, p. 3, tradução nossa<sup>15</sup>). Para esta perspectiva existe um feminismo de Primeiro Mundo que é destoante e não suficiente para explicar as relações entre raça, classe, etnia, estratificação social e geopolítica. Assim sendo, o feminismo pós-colonial, ademais de argumentar sobre as verdades parciais que rondam o gênero, tem no imperialismo um dos seus momentos chave, pois por meio dele que as identidades modernas foram estabelecidas.

A obra de Mohanty, Russo e Torres chamada *Third World Women and the Politics of Feminism* (1991) reúne diversos artigos a fim de explorar e enfatizar que as mulheres não são um grupo universal, e que contrariamente ao que o feminismo do “Ocidente” e sobretudo branco prega, mulheres não são um grupo monolítico singular. Como Mohanty (1991, p. 53 , tradução nossa<sup>16</sup>) coloca, “as práticas acadêmicas feministas (seja leitura, escrita, crítica ou textual) estão inscritas em relações de poder - relações que elas combatem, resistem ou até mesmo implicitamente apoiam. Naturalmente não pode haver erudição apolítica”. Isso quer dizer que até mesmo dentro do feminismo, existem relações de poder que constroem o “outro” como forma de um processo de homogeneização e sistematização da opressão de mulheres do terceiro mundo. O esforço do feminismo pós-colonial é assim o de localizar o feminismo em um contexto global, ressaltando que as opressões estão inter-relacionadas, ademais de evidenciar que para o feminismo do terceiro mundo questões que afetam o nacional e o internacional não podem ser compreendidas isoladamente.

Para tanto as perspectivas feministas e de gênero nas suas mais diferentes abordagens, informam como o gênero é uma característica comum a todos na política internacional e vai muito além de seus efeitos nas mulheres. Por essas características mencionadas, a tarefa de compreender a paz e a segurança depende da perspectiva adotada, ademais de que como coloca Tickner (1992, p. 18) a concepção da segurança desde um “um ponto de vista da submissão” amplia nosso leque não apenas para desigualdades de gênero, mas todas aquelas como raça, classe e etnia, menosprezadas durante muito tempo (TICKNER, 2005).

## **A AGENDA DAS MULHERES E PAZ: PERSPECTIVA ATUAL DOS DEBATES**

---

<sup>15</sup> identify the ways in which a particular tradition, white Eurocentric and Western, has sought to establish itself as the only legitimate feminism in current political.

<sup>16</sup> feminist scholarly practices (whether reading, writing, critical, or textual) are inscribed in relations of power-relations which they counter, resist, or even perhaps implicitly support. There can, of course, be no apolitical scholarship.

Em consonância com a emergência das questões feministas e de gênero no campo da paz e da segurança, somente muito recentemente o conflito e toda a experiência que está envolta por ele, explicitamente marcada pelo gênero, passou a ser considerada. A Resolução 1325, “Mulheres, Paz e Segurança”, adotada pelo Conselho de Segurança da ONU em 31 de outubro de 2000, representa a primeira vez que o conselho discutiu mulheres e gênero com relação a paz e segurança (COHN, 2008; PRATT, 2013, KIRBY; SHEPHERD, 2016; DAVIES; TRUE, 2018).

A resolução 1325 em conjunto com as sete resoluções subsequentes do Conselho de Segurança da Nações Unidas (UNSC) compõe a agenda de Mulheres, Paz e Segurança (WPS). Essencialmente a Resolução 1325 apelou à maior participação das mulheres nas tomadas de decisão em nível nacional, regional e internacional, seu maior envolvimento na manutenção da paz, operações de campo, negociações de paz, como também o compromisso dos estados com os direitos das mulheres e meninas, e consideração das necessidades destas em contextos humanitários, pós-conflito e refugiados (KIRBY; SHEPHERD, 2016).

Nessas quase duas décadas de WPS, três temas concentraram esta agenda (participação, proteção e perspectiva de gênero), embora alguns possam compreender como quatro (participação, prevenção, proteção e manutenção da paz). Na lista das principais resoluções e disposições sobre esta agenda encontram-se as Resoluções: 1325 de 2000 que versa sobre a representação, participação e proteção das mulheres na governança da paz e da segurança, 1820 de 2008, que aborda sobre a proteção das mulheres da violência sexual em conflitos, como também abuso e exploração perpetrados pelo pessoal encarregado das Operações de Paz. Em 2009 a Resolução 1888, cria uma Representação Especial da Secretária Geral sobre Violência Sexual Relacionada a Conflitos (CRSV), no mesmo ano ainda, a Resolução 1889 coloca a necessidade de se aumentar a participação das mulheres nos mais altos níveis de governança na paz e segurança. Posteriormente a Resolução 1960 de 2010, explana sobre o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e análise para geração de relatórios. No ano de 2013 às resoluções 2106 e 2122, versam respectivamente sobre o cumprimento das resoluções anteriores, conferindo atenção especial ao combate à impunidade e assumiu o compromisso da Resolução 1325 ser cumprida. A resolução 2242 de 2015, compõe a última resolução desta agenda até o presente momento, e expressa a intenção do Conselho de reunir peritos sobre mulheres, paz e segurança, ademais de tratar da importância da liderança das mulheres para o enfrentamento do terrorismo e do tráfico ilícito de armas.

Assim a agenda da WPS, reafirmou a necessidade de responsabilização do Estado para proteger a todos, durante e após os conflitos, bem como, por fim a violência sexual utilizada de forma sistemática nas guerras e o aumento da participação das mulheres em todos os processos que envolvem a paz.

Em vista da representatividade desta agenda para as mais diferentes vertentes teóricas, a mesma não passa incólume pelas perspectivas mais críticas do feminismo, tais como o feminismo pós-colonial. Trabalhos que revisitam a relação de segurança e gênero e as maneiras pelas quais essa relação é conformada por meio da Resolução 1325, de uma forma que o gênero é priorizado em detrimento de outras relações de poder, fazem com que a crítica realizada parta assim, não somente do risco que esta agenda tem de restringir e instrumentalizar a agência das mulheres (COHN, 2008; SHEPHERD, 2008; PRATT, 2013), mas também, porque permite que a comunidade internacional aproveite a atuação feminina para reprodução de estruturas de poder compostas por hierarquias de gênero, raciais e sexuais, servindo assim para “um projeto feminista imperialista” (ORFORD, 2002), ao invés de ser um projeto feminista transformador de baixo.

Nesta mesma lógica existem considerações sobre como essa abordagem sensível ao gênero, tomada por esta resolução, pode ser vista como uma armadilha por usar o gênero como um mecanismo de solução, no que concerne ao trabalho dos peacekeepers, impedindo que questionemos a própria definição, objetivo e mandato de uma operação de manutenção da paz. Ademais de que essa abordagem militarista da manutenção de paz somente exclui as mulheres nos esforços de construção e reconstrução da paz, não desafiando os papéis tradicionais de gênero que seguem sendo definidos pelos homens no poder (PUECHGUIRBAL, 2010).

A centralização de muitas perspectivas teóricas feministas na Agenda do WPS fez com que grande parte dos estudos da paz, se concentrem nessa temática, explorando se as resoluções estão sendo aplicadas e quais os efeitos da mesma nas operações de paz. No entanto, nem só com respeito a Agenda do WPS se constitui a atual perspectiva feminista e de gênero sobre os estudos da paz.

Com respeito aos estudos sobre paz, Porter (2007) destaca como a construção da paz (peacebuilding) feminina é útil para se construir uma compreensão de paz mais ampla do que a utilizada pelas Nações Unidas e isso passa necessariamente por incluir as atividades das mulheres, uma vez que frequentemente esta abordagem é periférica. A ética feminista apontada pela autora é significativa por se preocupar em quebrar as dicotomias existentes no pensamento que caracteriza as Relações Internacionais, pois a abertura do diálogo com outras pessoas, típico da construção feminista do conhecimento, é crucial para a construção da paz. Baseado nisso a

autora destaca essa ética em três pilares que compõem a vida das mulheres como ponto de partida em todas as suas manifestações, o questionamento das definições de segurança e insegurança por meio do privilégio masculino, pois segundo sua premissa central a “exclusão” é uma causa raiz para a violenta insegurança. E como terceiro ponto salienta formas alternativas de se construir a paz com base na experiência pessoal e educação.

Salientamos também a contribuição feminista para a redefinição da segurança, a fim de que esta não se limitasse somente a segurança nacional. Esta temática continua sendo uma área amplamente trabalhada, visto que a segurança humana desde esta perspectiva, vem sendo trabalhada há mais de cem anos, embora só tenha sido incluída na agenda internacional em 1994 com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD.

Prosseguindo com estes trabalhos, para além da agenda do WPS, encontramos pesquisas que abordam o gênero para a resolução de conflitos, enfocando na dimensão de gênero e no trabalho das organizações, institutos e comunidade internacional tão importantes para a resolução destes, tal como observado no processo de paz da Colômbia. Outras produções se encarregam em discutir dimensões da ecologia e feminismo, a fim de se alcançar a paz, como também aspectos da maternidade, que segundo esta lente, são extremamente necessários para abordar a variedade de relações que diferentes mães experimentam com a violência institucional e militar, necessariamente essenciais para se pensar a paz.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como apresentado durante todo este trabalho e como Tickner e True (2018, p. 1) apontam “o feminismo não chegou tarde às relações internacionais. Em vez disso, as relações internacionais chegaram tarde ao feminismo”, essa chegada tardia relegou aos estudos de paz e segurança, uma visão sumamente masculina encoberta por um pressuposto de neutralidade e objetividade.

Como buscamos descrever, a perspectiva feminista e de gênero sobre paz e segurança expõe as desigualdades de gênero e muito pelo contrário do que costumeiramente apontam, esta se baseia em uma longa tradição de políticas de paz feministas remetidas desde a Primeira Guerra, somado ao conhecimento prático que emergiu dos movimentos feministas. Todo esse conhecimento construído de diferentes perspectivas é essencial para que novas respostas para problemas antigos sejam alcançados, uma vez que a verdadeira segurança não poderá ser alcançada enquanto estruturas de poder desiguais, tais como gênero, raça e classe sejam abolidos.

Tal como colocado na Conferência de Nairobi acreditamos que,

A paz não inclui apenas a ausência de guerra, violência e hostilidade nos níveis nacional e internacional, mas também o gozo da justiça econômica e social, a igualdade e toda a gama de direitos humanos e liberdades fundamentais dentro da sociedade...A paz é promovida pela igualdade dos sexos, a igualdade econômica e o gozo universal dos direitos humanos básicos e das liberdades fundamentais. O seu gozo por todos exige que as mulheres possam exercer seu direito de participar em pé de igualdade com os homens em todas as esferas da vida política, econômica e social de seus respectivos países, particularmente no processo de tomada de decisão, exercendo seu direito à liberdade de opinião, expressão, informação e associação na promoção da paz e cooperação internacional (UNITED NATIONS, 1986, p.8, tradução nossa<sup>17</sup>).

Diante disso, a agenda de Mulheres, Paz e Segurança embora seja permeada por tensões, vem de encontro para trazer conhecimento e transformação social por meio de uma lente voltada ao gênero, tão marginalizado nos estudos de paz e segurança. Consideramos que as tensões entre a desconexão que ocorre entre as expectativas desta agenda e de como seu progresso vem ocorrendo dentro das instituições, de forma alguma é infrutífera, pois são essas diferentes abordagens que visam realizar esta agenda de forma integral. Assim sendo, a perspectiva feminista e de gênero não busca ajustar questões de paz e segurança, para que o gênero seja inserido em pontos apropriados, mas sim, que possamos compreender que ignorar a dimensão de gênero, raça e classe da realidade social, torna impossível o avanço para uma paz duradoura e igual para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDAMS, Jane; BALCH, Emily Greene; HAMILTON, Alice. **Women at the Hague: The International Congress of Women and its results**. University of Illinois Press, 2003.

AMOS, Valerie; PARMAR, Pratibha. Challenging imperial feminism. **Feminist review**, v. 17, n. 1, p. 3-19, 1984.

COHN, Carol. Sex and death in the rational world of defense intellectuals. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 12, n. 4, p. 687-718, 1987.

---

<sup>17</sup> Peace includes not only the absence of war, violence and hostilities at the national and international levels but also the enjoyment of economic and social justice, equality and the entire range of human rights and fundamental freedoms within society... Peace is promoted by equality of the sexes, economic equality and the universal enjoyment of basic human rights and fundamental freedoms. Its enjoyment by all requires that women be enabled to exercise their right to participate on an equal footing with men in all spheres of the political, economic and social life of their respective countries, particularly in the decision-making process, while exercising their right to freedom of opinion, expression, information and association in the promotion of international peace and co-operation.

COHN, Carol. Mainstreaming gender in UN security policy: a path to political transformation?. In: **Global Governance**. Palgrave Macmillan, London, 2008. p. 185-206.

DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui (Ed.). **The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security**. Oxford University Press, 2018.

ENLOE, Cynthia; BANANAS, Beaches. Bases. **Berkeley • Los Angeles • London, University**, 1989.

ENLOE, Cynthia. **The morning after: Sexual politics at the end of the Cold War**. Univ of California Press, 1993.

ENLOE, Cynthia. What if patriarchy is “the big picture”? An afterword. **Gender, conflict, and peacekeeping**, p. 280-283, 2005.

ELSHTAIN, Jean Bethke. Women and War. 1987. **Chicago: U of Chicago P**, 1995.

GIERYCZ, Dorota. Women, peace and the United Nations. **Gender, peace and conflict**, p. 14, 2001.

KIRBY, Paul; SHEPHERD, Laura J. Reintroducing women, peace and security. **International Affairs**, v. 92, n. 2, p. 249-254, 2016.

MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (Ed.). **Third world women and the politics of feminism**. Indiana University Press, 1991.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses' in Third World Women and the Politics of Feminism, CT Mohanty, A. Russo & L. Torres. **University of Indiana Press**, Bloomington, v. 51, p. 80, 1991.

OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 597, 2006.

ORFORD, Anne. Feminism, imperialism and the mission of international law. **Nordic Journal of International Law**, v. 71, n. 2, p. 275-296, 2002.

PEOPLES, Columba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Critical security studies: An introduction**. Routledge, 2010.

PORTER, Elisabeth. **Peacebuilding: Women in international perspective**. Routledge, 2007.

PRATT, Nicola. Reconceptualizing gender, reinscribing racial–sexual boundaries in international security: the case of UN Security Council Resolution 1325 on “Women, Peace and Security”. **International Studies Quarterly**, v. 57, n. 4, p. 772-783, 2013.

PUECHGUIRBAL, Nadine. Peacekeeping, peacebuilding and post-conflict reconstruction. **Gender Matters in Global Politics: A feminist introduction to international relations**, p. 161-175, 2010.

- PRÜGL, Elisabeth. **The global construction of gender**. Columbia University Press, 1999.
- SHEPHERD, Laura J. **Gender, UN peacebuilding, and the politics of space: locating legitimacy**. Oxford University Press, 2017.
- SMITH, Dan; SKJELSBÆK, Inger (Ed.). **Gender, peace and conflict**. Sage Publications, 2001.
- SPENDER, Dale. **Men's Studies Modified: The impact of feminism on the Academic Disciplines**. Oxford and New York: Pergamon Press. 1981.
- TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, 1992.
- TICKNER, J. Ann. Gendering a discipline: Some feminist methodological contributions to international relations. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 30, n. 4, p. 2173-2188, 2005.
- TICKNER, J. Ann; TRUE, Jacqui. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda. **International Studies Quarterly**, v. 62, n. 2, p. 221-233, 2018.
- TICKNER, J. Ann. Peace and Security from a Feminist Perspective. **The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security**, p. 15, 2018.
- TRUE, Jacqui. Winning the battle but losing the war on violence: a feminist perspective on the declining global violence thesis. **International Feminist Journal of Politics**, v. 17, n. 4, p. 554-572, 2015.
- UNITED NATIONS. **Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, Nairobi, 15-26 July 1985**. New York: United Nations, 1986.
- WHITWORTH, Sandra. **Feminism and international relations: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions**. Springer, 1994.
- WHITWORTH, Sandra. Feminist Perspectives. In: **Security Studies**. Routledge, 2008. p. 127-139.